

MISES BRASIL
em São Paulo

Encontrando a
liberdade em um
Brasil não livre



INSTITUTO DE
**FORMAÇÃO
DE LÍDERES** SP


FÓRUM
CAMINHOS DA
LIBERDADE


STUDENTS FOR LIBERTY
B R A S I L

Sumário

Apresentação	2
O espírito que assombra o Brasil	3
Por que precisamos entender o Bitcoin.....	7
A promiscuidade que reina em Brasília	10
Krugman está errado sobre o Brasil, o PIX e as criptomoedas.....	12
A saída definitiva: como a secessão propõe uma resposta à realidade brasileira	15

Apresentação

O Instituto Mises Brasil, em parceria com o Students For Liberty Brasil, Fórum Caminhos da Liberdade e o Instituto de Formação de Líderes – São Paulo, organiza o evento [Mises Brasil em São Paulo](#), com o título: “Encontrando a Liberdade em um Brasil não livre”. No dia 12 de setembro, nos reunimos na cidade de São Paulo para uma série de palestras ministradas por Sergio Alberich, presidente do Mises Brasil, Nanda Guardian, fundadora da Guardian Capital, e Thaiz Batista, diretora executiva do SFL Brasil.

O evento marca uma grande oportunidade de discutir temas importantes para o público defensor das ideias da liberdade. O Brasil não é um grande exemplo em questões políticas ou econômicas, porém, apesar disso ou devido a isso, as ideias da liberdade seguem crescendo no Brasil.

Este e-book apresenta ao público defensor da liberdade artigos que provocam reflexões sobre os caminhos a serem seguidos em nosso país.

Boa leitura!

O espírito que assombra o Brasil

Antony P. Mueller

N. do T.: o texto a seguir é de 2002 e foi escrito antes do primeiro turno das eleições presidenciais - ou seja, é anterior à Era Lula. Fica a cargo do leitor ver se as características por ele descritas mudaram de lá pra cá, ou se elas apenas se aprofundaram.

"Ordem e Progresso" tem sido o lema da bandeira brasileira desde que o país se tornou uma república em 1889. As palavras foram tiradas diretamente dos escritos de Auguste Comte. As ideias de Comte foram adotadas no século XIX pelas elites militares e políticas de grande parte da América Latina, e do Brasil em particular.¹ Desde então, o espírito de Auguste Comte tem assombrado o subcontinente, e as consequências práticas dessa ideologia têm sido desastrosas.

O positivismo de Comte é melhor descrito como sendo uma ideologia de engenharia social. Auguste Comte (1798-1857) acreditava que após o estágio teológico e o estágio metafísico, a humanidade iria entrar no estágio principal, o "positivismo", que para ele significava que a sociedade como um todo deveria ser organizada de acordo com conhecimentos científicos.

Comte acreditava que todas as ciências deveriam ser modeladas de acordo com os ideais da física, e que uma nova ciência chamada *física social* iria surgir no topo da hierarquia intelectual. Essa disciplina iria descobrir as leis sociais que então poderiam ser utilizadas por uma elite para reformar a sociedade como um todo. Da mesma maneira que a medicina extermina doenças, a física social teria que ser aplicada com o intuito de acabar com os malefícios sociais.

O ideal de Comte era uma nova "religião da humanidade". Na sua concepção, as pessoas precisam ser iludidas a crer como autênticas todas as ações que serão instigadas pelos soberanos e seus ajudantes, sendo que estes por sua vez servem aos mais altos ideais da humanidade. Revisando as ideias de Auguste Comte, John Stuart Mill escreveu que essa filosofia política intenciona estabelecer ". . . um despotismo da sociedade sobre o indivíduo que sobrepuja tudo o que já foi contemplado no ideário político dos mais rígidos disciplinadores dentre os antigos filósofos"². Já Ludwig von Mises observou que "Comte

¹ Leopoldo Zea, *Pensamiento positivista latinoamericano*, Caracas, Venezuela, 1980 (Biblioteca Ayacucho).

² John Stuart Mill, *On Liberty*, Londres 1869, p. 14 (Longman, Roberts & Green).

pode ser desculpado, já que era louco no completo sentido com que a patologia emprega este vocábulo. Mas como desculpar os seus seguidores?"³

O misticismo racionalista que acometeu Comte quando este já estava mentalmente doente no final de sua vida pedia a criação de uma "igreja positivista", na qual -- imitando os rituais da Igreja Católica -- o "culto à humanidade" poderia ser praticado. Ao fim do século XIX, "sociedades positivistas" começaram a se espalhar pelo Brasil, e uma igreja real foi construída no Rio de Janeiro como o lugar onde a adoração dos ideais da humanidade pudesse ser praticada como uma religião.⁴

Até os dias atuais, o sistema brasileiro de ensino superior ainda carrega marcas do positivismo de Comte, e ainda mais forte é a influência da filosofia política positivista entre as altas patentes militares e entre os tecnocratas. O positivismo diz que a linguagem científica é a marca registrada da modernidade, e que para efetuar o progresso é preciso haver uma classe especial -- militar ou tecnocrática -- de pessoas que conheçam as leis da sociedade, e que sejam capazes de estabelecer a ordem e promover esse progresso.

A ideologia predominante de grande parte da elite regente contrasta agudamente com as tradições seguidas pelas pessoas comuns. Como na maioria da América Latina, a cultura popular brasileira é marcada profundamente pela tradição católico-escolástica, com seu ceticismo em relação à modernidade e ao progresso e com sua orientação mais espiritual e religiosa, que rejeita o conceito linear do tempo -- o tempo sendo um movimento progressivo -- em favor de uma visão circular e eterna da vida.⁵

Onde as ideias de Comte mostraram seu maior impacto foi na política econômica. Dado que os militares tiveram um papel central na vida política brasileira e dado que o positivismo havia se tornado o principal paradigma filosófico das escolas militares, a política econômica do Brasil foi marcada por um frenesi intervencionista que afetou e ainda afeta todos os aspectos da vida dos cidadãos.

A ideia do planejamento central para se atingir a modernidade transformou o Brasil em um ambiente fértil para o intervencionismo

³ Ludwig von Mises, *Ação Humana*, Alabama 1998, pp. 72 (The Ludwig von Mises Institute, Scholar's Edition).

⁴ Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*, São Paulo 1964, pp. 399 (Companhia Editora Nacional)

⁵ A expressão clássica desse tipo de pensamento na América Latina é de José Enrique Rodó: *Ariel*, Montevideu 1910 (Libreria Cervantes). Na literatura, esse tipo de pensamento é proeminente até os dias de hoje nos escritos do mais popular escritor brasileiro: Paulo Coelho.

econômico, sendo que cada novo governo sempre promete o grande salto para frente. Ao invés de remover os obstáculos que impedem o desenvolvimento da iniciativa privada e garantir direitos de propriedade confiáveis, todos os governos presumem ser sua função desenvolver o país através da concessão de privilégios para um pequeno grupo de empresas já existentes.

Desde que se tornou uma república, não houve um só governo brasileiro que não tenha criado um novo plano extenso e abrangente, ou um emaranhado de pacotes, com o propósito de levar ao desenvolvimento. Seguindo a agenda positivista, criar planos de natureza aparentemente científica e utilizar a força do estado para aplicá-los se tornou a marca registrada da política econômica brasileira. Frequentemente, todos esses planos são primeiramente elaborados em um dos poucos centros universitários do país para, então, passarem a formar a agenda de cada novo governo, que geralmente convoca um time de jovens tecnocratas para implementá-los.

Particularmente pomposos quando os governos militares estavam no comando -- como ocorreu nos anos 1930 e 1940, e de 1964 até 1984 --, a invenção e implementação de grandes planos continua até os dias atuais. Independentemente de qual coalizão partidária está no comando, o espírito do positivismo tem sido compartilhado por todos os governos, desde o primeiro até o atual, que aparentemente está praticando uma política econômica que se convencionou chamar de "neoliberal".

Mesmo se contarmos apenas os planos mais importantes, a frequência com que eles se sucederam pelo período de quase um século é espantosa: após seguir o modelo de industrialização por substituição de importações sob o semi-fascista *Estado Novo*, dos anos 1930 aos anos 1940, o Brasil teve o *Plano de Metas* na década de 50 e depois o *Plano Trienal* de desenvolvimento econômico e social. Na década de 70 vieram as séries de Planos de Desenvolvimento Nacional. A década de 80 trouxe o *Plano Cruzado*, o *Plano Bresser* e o *Plano Verão*. A década de 90 começou com o *Plano Collor I*, que foi seguido pelo *Plano Collor II*, que foi seguido pelo *Plano de Ação Imediata* que, por fim, culminou no *Plano Real* em 1994.

A se julgar pelos seus objetivos declarados, todos esses planos falharam. Durante as últimas seis décadas, o Brasil teve oito diferentes moedas, cada uma com um novo nome, e uma taxa de inflação que sugere que a moeda atual equivaleria a um trilhão de Cruzeiros, a moeda de 1942.⁶ Sob uma falsa aparência de modernidade, a mesma rede clientelista formada pelos "donos do Poder"⁷ continua a mandar no

⁶ Ruediger Zoller, *Präidenten - Diktatoren - Erlöser*, Tabela V, p. 307, em: *Eine kleine Geschichte Brasiliens*, Frankfurt 2000 (edição suhrkamp).

⁷ A descrição clássica é de Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder*, 2 vols. (Editora

país. Com o passar do tempo, essa classe atingiu um nível tão grande de privilégios que, comparados ao restante da população, são similares àqueles desfrutados pela *nomenklatura* na União Soviética. Com isso, esse restante da população teve que se virar e recorrer a algumas maneiras peculiares -- chamados de *jeitinho*, uma espécie de *chutzpah*⁸ -- para poder sobreviver à sua maneira.

Dentro do sistema positivista, linguagem científica e intervencionismo andam de mãos dadas. A suposta racionalidade do intervencionismo se apóia na premissa de que é possível se saber antecipadamente o resultado específico de uma medida de política econômica. Por conseguinte, quando as coisas saem diferente do esperado - e elas sempre saem - mais intervenção e mais controle são outorgados. O resultado é que os governos são esmagados pelas suas próprias pretensões e humilhados por seus retumbantes fracassos.

O Brasil, que é tão abençoado pela natureza e que tem uma população de grande espírito empreendedor -- o que faz com que o país tenha uma das mais altas taxas de auto-emprego no mundo --, tem permanecido atrasado por causa de uma ideologia corrompida. Até os dias atuais, todos os governos brasileiros se empenharam ao máximo em absorver todos os recursos do país com o intuito de perseguir suas fantasias de modernidade e progresso (é claro que, nesse caso, "modernidade" e "progresso" são conceitos definidos pelo governo, e não pela população). Devido a isso, toda a criatividade espontânea que é inerente ao livre mercado acaba sendo bloqueada.

O Brasil teria seu lugar de destaque garantido se o espírito que tem assombrado esse país fosse proscrito em favor de uma ordem, no verdadeiro sentido da palavra: isto é, um sistema de regras confiáveis baseado nos princípios do direito de propriedade, da responsabilidade individual e do livre mercado.

Este artigo foi publicado no [Instituto Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)

Globo: Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro) São Paulo 2000

⁸ *Descaramento*, em ídiche. [N. do T.]

Por que precisamos entender o Bitcoin

Fernando Ulrich

Quando Satoshi Nakamoto publicou um paper, em outubro de 2008, descrevendo a sua criação -- um sistema de dinheiro eletrônico peer-to-peer --, poucos lhe deram atenção. Nem mesmo os especialistas em criptografia acreditavam que o projeto tinha alguma chance de sucesso.

A ideia de um dinheiro digital não era novidade; alguns já haviam tentado desenvolver uma moeda para a era da internet, mas nenhuma iniciativa tinha conseguido decolar.

Há pouco mais de seis anos, quando a rede começou a ser construída por um punhado de programadores voluntários, ninguém poderia imaginar que hoje o Bitcoin alcançaria o status de maior projeto de computação distribuída do planeta, com força computacional que supera em mais de 200 vezes a capacidade dos 500 supercomputadores mundiais somados.

Tampouco poderíamos prever que o Massachusetts Institute of Technology (MIT) formaria um departamento de pesquisa dedicado exclusivamente às criptomoedas, reconhecendo tacitamente a tecnologia inovadora do Bitcoin como um novo e legítimo campo de conhecimento científico.

Em 2009, uma unidade da moeda digital não tinha nem sequer um preço. À época, seria um devaneio completo esperar que o Banco da Inglaterra julgasse relevantes -- se não transformadoras -- as implicações do protocolo do Bitcoin sobre a moeda estatal e o sistema bancário tradicional. Considerar, ademais, a hipótese de um banco central emitir sua própria moeda digital seria pura fantasia.

O que antes poderia parecer ilusão de um ambicioso projeto de computação hoje é realidade. Atualmente, a moeda digital inspira soluções criativas para a débâcle econômica da Grécia. Embora o Bitcoin não seja uma solução aos apuros fiscais do governo do país, ele está servindo como refúgio genuíno para o povo grego, impossibilitado de transferir dinheiro ao exterior e refém de um possível confisco ou retorno ao antigo dracma.

Hoje, empresas do calibre de Dell e Microsoft aceitam bitcoins como forma de pagamento. Consultorias como a Deloitte testam a utilização do blockchain -- o grande "livro-contábil" do Bitcoin -- para processos de auditoria. O governo de Honduras estuda um projeto-piloto para registrar a titularidade de terras no blockchain.

Atualmente, a Nasdaq está experimentando a infraestrutura da tecnologia para registro de transações e de propriedade de valores mobiliários. A New York Stock Exchange, por sua vez, investe em uma das maiores processadoras de pagamento de Bitcoin. Já a SWIFT ofereceu, recentemente, uma bolsa de 15 mil euros ao melhor trabalho de pesquisa sobre o impacto e o potencial da tecnologia do blockchain para as transações de ativos.

A cada semana, novas empresas buscam explorar as possibilidades do Bitcoin, endossando e legitimando cada vez mais essa grande inovação tecnológica.

Mas o que é essa tecnologia, afinal de contas? O Bitcoin é uma invenção revolucionária da ciência da computação. Na sua essência, contudo, ele nada mais é do que um protocolo, um conjunto de regras pelas quais se comunicam computadores conectados à rede peer-to-peer do sistema. Não há um servidor central monitorando o cumprimento das normas. Primeiro, porque elas incentivam o comportamento honesto; segundo, porque todos são monitorados por todos. A confiança e a segurança são alcançadas de forma descentralizada, graças ao uso engenhoso da criptografia moderna, e sem que seja necessário conhecer a identidade dos participantes.

O feito extraordinário -- e sem precedentes na era da computação -- é que esse protocolo possibilitou recriar a escassez do mundo físico no mundo digital. Um bitcoin é um bem digital que não pode ser reproduzido ou falsificado; sua titularidade de propriedade está devidamente registrada no blockchain.

A tecnologia inovadora permitiu recriar as características do dinheiro físico no mundo digital. Mas com uma particularidade notável, porque o Bitcoin é simultaneamente uma moeda digital e um sistema de pagamentos. Isso nunca ocorreu na história financeira da humanidade. É certo que não é reconhecido nem emitido por nenhum estado. Moeda estrangeira, por definição, jamais será. Mas tem funcionado como dinheiro para muitas pessoas, algo inexplicável para a maioria dos economistas, cujas teorias não admitem uma moeda produzida livremente pelo mercado.

Tem oferta finita e não é passivo de ninguém, análogo aos metais preciosos. Podemos classificá-lo como uma commodity, mas uma de natureza digital. A primeira commodity digital da história. Um ativo ao portador que pode ser custodiado e transferido sem depender de nenhum intermediário. Um ativo realmente inédito.

Mas o dinheiro eletrônico é apenas a parte mais visível, é a aplicação óbvia, assim como foi o e-mail para a internet. Porque, no final de tudo, o Bitcoin é meramente uma tecnologia de registros de títulos de propriedade que conta com um livro-contábil praticamente imutável --

uma vez efetuado o registro, é computacionalmente impraticável revertê-lo.

Essa invenção tem valor, tem utilidade, e nada impede que o blockchain seja usado para o registro de outros ativos que não bitcoins. A verdade é que a tecnologia é muito mais do que apenas um dinheiro para a internet. Potencialmente, é a internet do dinheiro. É a internet aplicada às finanças.

De fato, não estamos diante de um simples aplicativo para smartphone. Também não se trata de uma bolha das tulipas digitais. Na verdade, o Bitcoin é possivelmente a invenção mais importante desde a internet, e as implicações dessa tecnologia não são de todo previsíveis ou imagináveis. Mas não podemos desmerecê-lo, pois ele tem o potencial de causar disrupção em diversas indústrias.

O Bitcoin é uma evolução da própria internet. É também uma evolução do dinheiro como o conhecemos. E, assim como a internet transformou a troca de informações no mundo todo, o invento de Satoshi Nakamoto tem o potencial de transformar a troca de valor.

Este artigo foi publicado no [Instituto Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)

A promiscuidade que reina em Brasília

Aluizio Falcão Filho

Desde que Brasília foi inaugurada, em 1961, os três poderes – que deveriam manter uma distância regulamentar entre si – convivem próximos e se misturam com alguma frequência. Dependendo de quem estiver no comando do governo, a convivência pode ser tão grande que acaba sendo vista como promiscuidade.

Tomemos o que aconteceu neste final de semana, quando se comemorou o Dia da Independência: o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, foi visto e fotografado ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até aí, tudo bem. Era um evento oficial e, como membro da mais alta corte judicial do país, Moraes tinha de ser convidado a participar.

O problema é que o presidente Lula ofereceu um churrasco no Palácio do Alvorada após a parada da Independência. No cardápio, costela e feijão tropeiro, servidos a convidados seletos. Nessa lista, estavam o próprio Moraes, Gilmar Mendes, Edson Fachin, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli. Todos, como se sabe, são ministros do STF. Além deles, alguns amigos do presidente e diversos titulares da Esplanada dos Ministérios.

Essa convivência — que muitos definem como promiscuidade — só faz alimentar os comentários de que Alexandre de Moraes e Lula agem em conjunto para constranger a direita e, em especial, perseguir o ex-presidente Jair Bolsonaro. Isso pode até não ser verdade. Mas Lula e Moraes não estão preocupados em dissipar essa impressão, fazendo questão de mostrar proximidade e sintonia – o que só vai servir para turbinar os boatos.

A participação de Moraes no churrasco de Lula ganha outra dimensão quando lembramos que o convescote ocorreu simultaneamente à manifestação na Avenida Paulista, evento convocado pelo Pastor Silas Malafaia, que teve a participação de Bolsonaro e plateia recheada de opositores ao governo petista. Malafaia e Bolsonaro estiveram na Paulista para pedir o impeachment de Moraes, chamando o ministro de “ditador”.

“Devemos botar freio, através dos dispositivos constitucionais, naqueles que saem, que rompem o limite das quatro linhas da nossa Constituição. E espero que o Senado Federal bote um freio em Alexandre de Moraes, esse ditador que faz mais mal ao Brasil do que o próprio Luiz Inácio Lula da Silva”, cutucou Bolsonaro em seu discurso.

O STF, já faz algum tempo, age como se não tivesse que dar satisfações à sociedade. Um exemplo disso é o fato de que os juízes decidiram, por maioria, que podem examinar processos que contam com parentes atuando como advogados – algo estapafúrdio. Outro episódio é a insistência do próprio Moraes em jogar simultaneamente em várias posições no campo em determinados processos.

Nesses casos, os representantes do Supremo atuam como se fossem seres perfeitos e imunes à parcialidade. Mas o pior de tudo é ignorar os protestos da sociedade diante dessas atitudes. A novidade, agora, é que o Executivo, antes cioso de se mostrar distante do Judiciário, resolveu mandar a discrição às favas e se aproximar de vez do STF.

Se isso continuar assim, a octanagem das decisões de Alexandre de Moraes tende a aumentar ainda mais. Será que as autoridades envolvidas neste imbróglio não estão esticando a corda demais?

Este artigo foi originalmente publicado no [Money Report](#) e republicado no [Instituto Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)

Krugman está errado sobre o Brasil, o PIX e as criptomoedas

Rafael Rota Dal Molin

Em uma coluna recente, Paul Krugman se maravilha com o sistema Pix do Brasil, uma rede de pagamentos digitais administrada pelo governo que rapidamente ultrapassou outros métodos de pagamento sem dinheiro vivo no país. Ele usa o Pix para zombar dos opositores das moedas digitais dos bancos centrais (CBDCs) e para desprezar o suposto fracasso das criptomoedas em cumprir suas promessas. Mas, ao fazer isso, Krugman ignora quase tudo o que realmente importa sobre as criptomoedas e sobre a própria liberdade.

Começemos pelo núcleo do argumento de Krugman: o Brasil construiu um sistema público de pagamentos rápido, barato e acessível, portanto os Estados Unidos deveriam fazer o mesmo. Ele apresenta o Pix como uma versão superior ao Zelle, sendo melhor pelo fato de ser operado pelo Banco Central. E, já que [93% dos brasileiros utilizam o Pix](#), ele toma isso como prova de que sistemas públicos superam os privados e de que o dinheiro digital administrado pelo governo é o futuro.

Mas então surge uma comparação enganosa. Krugman contrapõe os 93% de uso do Pix no Brasil com os 2% de americanos que usaram criptomoedas para pagamentos em 2024, utilizando essa diferença para declarar as crypto um fracasso. Trata-se de uma falácia clássica do tipo “comparar maçãs com laranjas”, e revela um equívoco ainda mais profundo sobre o que as criptomoedas realmente buscam fazer.

O Bitcoin nunca foi projetado para substituir o dinheiro fiduciário em um mundo em que o fiat é sustentado por leis de curso forçado, monopólios impostos e infraestrutura subsidiada pelos contribuintes. É claro que as pessoas no Brasil usam [mais o Pix](#) do que o Bitcoin, assim como usam mais reais do que ouro. Popularidade sob coerção estatal não é o mesmo que preferência voluntária. Adoção nos diz muito pouco sobre legitimidade quando uma opção é legalmente obrigatória e as outras são ativamente desencorajadas ou excluídas.

Krugman também mistura as fronteiras entre stablecoins, CBDCs e criptomoedas, como se todas fossem intercambiáveis. Mas essa confusão é, no mínimo, preguiçosa. Uma stablecoin como a USDC, lastreada por instituições privadas e usada de forma voluntária, não é a mesma coisa que uma CBDC emitida pelo estado, que pode ser vigiada, censurada ou usada como arma política. E nenhuma dessas se equivale ao Pix, um sistema de pagamentos de varejo de propriedade do governo, construído sobre um monopólio da moeda fiduciária já

existente. Comparar o Bitcoin ao Pix é como comparar o ouro ao Venmo. Eles resolvem problemas completamente diferentes e não competem sob os mesmos termos.

Krugman parece acreditar que, pelo fato de o Pix ser fácil de usar, ele resolveu exatamente o problema que as criptomoedas pretendem solucionar. Isso é como dizer que o Detran resolveu o problema do transporte apenas porque emite carteiras de motorista rapidamente. O que a cripto oferece é algo fundamentalmente diferente: a possibilidade de optar por não participar de sistemas controlados pelo estado. Isso significa privacidade. Isso significa soberania financeira. Isso significa não precisar de um governo.

Na verdade, o próprio sucesso do Pix revela o perigo que Krugman se recusa a reconhecer. Quando um governo controla não apenas a oferta de dinheiro, mas também os trilhos de todos os pagamentos digitais, ele detém o monopólio tanto do ativo quanto de sua transmissão. Isso é poder absoluto, e é incompatível com a liberdade individual.

O Brasil já começa a mostrar como isso pode se materializar.

Em 2020, o WhatsApp, usado por praticamente toda a população do país, tentou lançar seu próprio sistema de pagamentos. Foi bloqueado pelo Banco Central. Não porque representasse risco aos consumidores, mas porque competia com o Pix. Isso não é inovação. É protecionismo vestido com as roupas do estado. Como uma empresa privada poderia, de fato, competir com um sistema que o governo ao mesmo tempo opera e regula?

Krugman descarta os temores de vigilância ao assegurar aos leitores: "Se algum dia criarmos uma CBDC, ela certamente envolverá uma proteção de privacidade equivalente. Ou você confia no Estado de Direito, ou não confia". Mas a história e a economia nos mostram que o poder tende a se expandir até que algo o contenha. Conceder ao estado ainda mais controle centralizado sobre o dinheiro, os pagamentos e a infraestrutura financeira não é progresso. É uma regressão para um sistema em que cada transação pode ser rastreada, cada dissidente pode ser punido e cada alternativa privada pode ser esmagada.

E sejamos claros: isso não é uma preocupação partidária. É estrutural. Uma vez que a infraestrutura esteja estabelecida, não importa qual partido esteja no poder; o que importa é que o governo poderá monitorar, congelar ou bloquear sua vida financeira com o simples apertar de um botão.

Ironicamente, a celebração do Pix por Krugman e o desprezo pelas cripto provavelmente terão o efeito oposto ao que ele pretende. À medida que mais pessoas perceberem a extensão do controle governamental sobre os trilhos do sistema fiat, a demanda por alternativas só crescerá. O Pix

não mata as criptomoedas, ele as legitima como corretas. Apesar de ter mercados de capitais muito menos desenvolvidos, o Brasil lançou seu primeiro [ETF de bitcoin](#) antes dos Estados Unidos e também tem acesso a um ETF de altcoin, algo que a SEC já [bloqueou duas vezes](#).

Krugman parece preso a uma visão de mundo em que todo dinheiro deve ser politicamente gerido, em que o valor deriva da autoridade governamental e em que a liberdade é algo concedido, não assumido. Mas a ideia central por trás das criptomoedas, especialmente do Bitcoin, não são baixas taxas de transação nem inclusão financeira, como Krugman define de forma limitada. A verdadeira inovação é a criação de um sistema monetário que ninguém controla e que ninguém pode derrubar.

A força do Bitcoin reside em sua incorruptibilidade. Suas regras não são aplicadas por homens, mas pela matemática, por garantias criptográficas, não por acordos políticos. Ele oferece o que nenhuma CBDC jamais oferecerá: liberdade monetária e financeira respaldada não por leis, mas por códigos.

E sim, talvez apenas [dois por cento](#) dos americanos tenham usado cripto para pagamentos em 2024. Mas isso é irrelevante. O Bitcoin floresce onde ele é mais necessário: entre venezuelanos [fugindo da hiperinflação](#), ucranianos [escapando da invasão](#) e nigerianos [contornando controles de capital](#). Ele ganha valor justamente onde o sistema falha, e é exatamente isso que o torna valioso.

Paul Krugman enxerga o Pix como o futuro do dinheiro. Mas o que ele realmente celebra é o futuro do controle estatal. Para aqueles de nós que valorizamos a liberdade, a privacidade e a concorrência, isso não é futuro algum.

Este artigo foi originalmente publicado no [The Daily Economy](#) e republicado no [Instituto Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)

A saída definitiva: como a secessão propõe uma resposta à realidade brasileira

Adriano Paranaíba

Diante de um cenário onde a gastança pública, a corrupção e um ativismo judicial crescente desafiam as liberdades dos brasileiros, as soluções tradicionais parecem ter perdido seu vigor. Os protestos de rua, que antes pareciam canais de mudança, como nos impeachments de Collor e Dilma, atualmente, por maior que seja a mobilização, o efeito esperado não consegue superar o desejo de manutenção do sistema de poder por seus beneficiários. Surge então a questão inevitável: o que pode ser feito? Para além do confronto direto, uma ideia radical se apresenta não apenas como um caminho libertário, mas como uma possível saída definitiva: a secessão.

Nesse contexto, o pensamento do economista e filósofo Murray N. Rothbard oferece uma base conceitual robusta. Para Rothbard, a secessão não era uma medida de exceção para momentos de crise, mas um princípio fundamental, universal e absoluto, diretamente ligado à sua filosofia libertária. Ele a enxergava como a expressão máxima do direito de autodeterminação e um dos mais eficazes freios contra a tirania do Estado. A lógica é simples e poderosa: se um indivíduo pode deixar uma associação voluntária, como um clube, um grupo de indivíduos deveria ter o mesmo direito de se desassociar de uma entidade coercitiva como o Estado.

A visão de Rothbard era radicalmente descentralizadora. O direito de se separar não pertenceria apenas a grandes nações ou estados-membros, mas seria hierárquico, estendendo-se a cada cidade, bairro e, em sua conclusão lógica, a cada indivíduo ou grupo. Longe de ver a fragmentação política como um problema, ele a via como a solução. A proliferação de unidades políticas menores e independentes, sua visão de "milhares de Liechtensteins", traria imensos benefícios à liberdade.

*"A secessão é uma parte crucial da filosofia libertária: que todo estado tenha permissão para se separar da nação, todo sub-estado do estado, todo bairro da cidade e, logicamente, todo indivíduo ou grupo do bairro."*⁹

Os argumentos práticos para essa visão são convincentes:

- **Concorrência governamental:** A competição entre governos forçaria os estados a se tornarem mais eficientes e menos opressivos.

⁹ Murray N. Rothbard, "Mailer for Mayor", *The Libertarian Forum*, 15 de maio de 1969, p. 17.

Para não perderem cidadãos e contribuintes para jurisdições vizinhas mais livres, os governantes seriam incentivados a baixar impostos e oferecer melhores serviços.

- **Redução do poder central:** A simples ameaça de secessão funcionaria como um poderoso controle sobre as ambições e os excessos do governo central.

- **Fim das ilusões de autossuficiência:** Seria mais difícil para um governo local convencer sua população a apoiar políticas protecionistas, o que, por sua vez, promoveria o livre comércio global.

O objetivo final desse processo seria a formação de "nações por consentimento", com fronteiras que refletissem associações voluntárias, não linhas arbitrárias mantidas pela força. A secessão é o mecanismo para dismantelar esses "impérios coercitivos" e reconstruir a afiliação política com base no consentimento. A análise de Rothbard sobre a Guerra Civil Americana ilustra seu princípio: ele defendia o direito dos estados do Sul de se separarem pacificamente, ao mesmo tempo em que, como ferrenho abolicionista, condenava a escravidão como uma grotesca violação de direitos. Para ele, permitir a separação pacífica teria sido o caminho mais rápido para o fim da escravidão, evitando uma guerra devastadora.

Em suma, a secessão para Rothbard era um direito moral e uma estratégia pragmática na luta contínua pela liberdade individual contra o poder do Estado.

Contextualizando a secessão para o Brasil

Trazendo essa lógica para a realidade brasileira, a secessão transcende o debate sobre separatismo e se torna uma ferramenta de governança. Em um país de dimensões continentais e com abissais diferenças culturais e econômicas, a ideia de que um único poder central em Brasília pode legislar de forma eficaz para o gaúcho, o baiano e o amazonense se mostra cada vez mais insustentável.

A aplicação do princípio da secessão permitiria que regiões com maior capacidade produtiva, como Sul e Sudeste, não fossem mais obrigadas a sustentar a ineficiência e a corrupção de um governo central distante. Elas poderiam estabelecer seus próprios sistemas tributários, atraindo investimentos e talentos, e forçando outras regiões a adotarem posturas de maior responsabilidade fiscal para competir.

É importante destacar que existe um mito de que o Nordeste e o Norte perderiam muito com uma secessão e que os recursos do Sul e Sudeste sustentam essas regiões. Mas a verdade é que todas as potencialidades

destas regiões poderiam finalmente tornarem-se reais e trazer riquezas e prosperidade para sua população. Quem são sustentados hoje não são os nordestinos, mas os burocratas do alto escalão.

Um judiciário que hoje interfere em quase todos os aspectos da vida nacional teria seu poder drasticamente limitado. Suas decisões teriam validade apenas na sua jurisdição específica, e não mais sobre 200 milhões de pessoas com valores e prioridades distintos. Cada nova entidade política poderia desenvolver seu próprio sistema legal, mais alinhado aos costumes e anseios de sua população. Uma saída para acabar com 200 milhões de [tiranos](#), não é mesmo?

Portanto, a secessão no contexto brasileiro não deve ser vista como um ato de destruição, mas como um princípio organizador. Seria a oportunidade de trocar um modelo falido de centralização coercitiva por um mosaico de comunidades voluntárias, promovendo a paz, a concorrência e uma prosperidade que hoje parece inalcançável.

Este artigo foi publicado no [Instituto Mises Brasil](#).

[Retornar ao sumário](#)